

HABEAS CORPUS Nº 535.616 - SP (2019/0287751-4)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MARIA CECÍLIA REMOLI DE SOUZA LOPES - SP108711
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TIAGO APARECIDO DE SOUZA FLORIANO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO CRIMINAL. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. DETERMINAÇÃO DE REALIZAÇÃO DO EXAME CRIMINOLÓGICO. SUPERVENIENTE UNIFICAÇÃO DE PENAS. ESTABELECIMENTO DO REGIME FECHADO. ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA. WRIT PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de TIAGO APARECIDO DE SOUZA FLORIANO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no Agravo em Execução Penal n.º 0005322-59.2019.8.26.0026.

Consta nos autos que o Ministério Público estadual, inconformado com a progressão do Paciente ao regime semiaberto, interpôs agravo em execução, que foi provido pela Corte local para determinar a recondução do Apenado ao modo fechado, bem como para que seja submetido ao exame criminológico (fls. 89-93).

A Parte impetrante busca o reconhecimento do direito do Paciente à progressão ao regime intermediário sem a realização do exame criminológico.

Em consulta ao andamento processual eletrônico, verifico que sobreveio ao presente *mandamus* decisão proferida pelo Juízo das Execuções Penais em que procedeu à unificação das penas corporais, fixando o regime fechado.

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do objeto do *writ*, em razão da alteração da situação fático-processual.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora